

Relatório Integrado da Administração

Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGás

Exercício | 2025



Mensagem da diretoria

O exercício de 2025 representou um importante avanço na trajetória da MSGás, consolidando iniciativas estratégicas voltadas à expansão da infraestrutura de distribuição, ao fortalecimento da governança corporativa e à modernização de processos. Essas ações reforçaram o papel da Companhia como agente de desenvolvimento energético e econômico de Mato Grosso do Sul, preparando-a para um novo ciclo de crescimento em um cenário de transformação do setor de gás natural.

Entre os marcos do período, destaca-se a expansão da atuação da Companhia para o município de Dourados, ampliando o alcance do serviço público de distribuição de gás natural e reforçando o processo de interiorização da rede no Estado. Ao mesmo tempo, a MSGás avança na preparação de projetos estruturantes voltados ao atendimento de novos investimentos industriais, com destaque para o Projeto Sucuriú, que prevê a construção de aproximadamente 125 km de rede em aço carbono de oito polegadas entre os municípios de Três Lagoas e Inocência, visando viabilizar o atendimento ao novo polo industrial em implantação na região. A iniciativa deverá impulsionar a demanda energética regional e fortalecer a competitividade das cadeias produtivas instaladas no Estado.

A Companhia também tem ampliado sua atuação no desenvolvimento de soluções energéticas voltadas ao setor de transportes, com especial atenção ao abastecimento de frota pesada por meio do gás natural. A evolução de testes operacionais, associada à implantação de novos pontos de abastecimento e à formação de corredores logísticos sustentáveis, reforça o potencial do gás natural como alternativa energética mais eficiente e de menor intensidade de carbono para o transporte de cargas.

Em paralelo, a MSGás se prepara para um ambiente de mercado em transformação, marcado pela evolução regulatória e pela gradual abertura do mercado livre de gás natural no país. Nesse contexto, a Companhia fortalece sua capacidade de adaptação e inovação, promovendo maior flexibilidade no suprimento e incentivando a integração de novas fontes energéticas, incluindo combustíveis renováveis como o biometano.

Com essa visão de futuro, a MSGás reafirma seu compromisso com a prestação de um serviço público seguro, eficiente e sustentável, pautado pela ética, transparência e responsabilidade institucional, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso do Sul e para a construção de uma matriz energética cada vez mais limpa e competitiva.

Diretoria Executiva da MSGás

Perfil organizacional

A MSGás tem como atividade principal a distribuição de gás natural canalizado aos diversos segmentos de mercado no Estado de Mato Grosso do Sul, conforme estabelecido no Contrato de Concessão firmado em 29 de julho de 1998, pelo prazo de 30 anos, prorrogável por igual período, nos termos da legislação aplicável. A Companhia atua na prestação de serviço público concedido, observando rigorosamente as disposições contratuais, regulatórias e legais que regem o setor de distribuição de gás canalizado.

Em consonância com as diretrizes do Contrato de Concessão e com o marco regulatório vigente, a MSGás orienta sua atuação pelo interesse público, pela prestação de serviço adequado e pela observância dos princípios da continuidade, segurança, eficiência e modicidade tarifária. Todas as atividades necessárias ao cumprimento dessas obrigações são custeadas integralmente por sua geração de caixa operacional, não havendo repasse de recursos públicos para o custeio de suas operações, o que assegura autonomia financeira, disciplina de capital e sustentabilidade econômico-financeira.

Área de Concessão

A área de concessão da MSGás abrange todo o território do Estado de Mato Grosso do Sul, cuja população estimada é de 2.924.631 habitantes. A Companhia mantém unidades operacionais nos municípios de Campo Grande e Três Lagoas e, em consonância com sua estratégia de expansão territorial, vem estruturando a ampliação de sua atuação para novos municípios, com destaque para Dourados e Inocência, fortalecendo a interiorização da infraestrutura de distribuição de gás canalizado no Estado.

Participação Acionária da MSGás e Composição do Capital

A MSGás é uma sociedade de economia mista, com capital social de R\$ 78.340 milhões, dividido em ações, sendo 51% detido pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e 49% pela Comitê Gás S.A. Essa composição acionária assegura o alinhamento da Companhia às políticas públicas estaduais de desenvolvimento energético, ao mesmo tempo em que incorpora práticas de gestão orientadas à eficiência e à sustentabilidade econômico-financeira.

Ambiente regulatório

A regulação dos serviços de distribuição de gás natural é responsabilidade dos Estados, que delegam essa função às Agências Reguladoras Estaduais. No caso da MSGás, quem exerce essa atribuição é a AGEMS – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei Estadual nº 2.766, de 18 de dezembro de 2003.

Em 2025, as tarifas dos serviços públicos prestados pela MSGás foram reajustadas em aproximadamente 8%, após autorização da AGEMS, conforme a metodologia da Portaria AGEMS nº 102/2013, atualizada pela Portaria nº 234/2022.

Destaques:

Atualização da Portaria de Condições Gerais de Fornecimento, com ajustes essenciais nos padrões de serviço, promovendo a modernização do marco legal, o qual contribui para melhoria da qualidade e aumento da segurança jurídica.

Atualização da Portaria de Migração para o Mercado Livre, reforçando o compromisso de abertura do mercado de gás no estado do MS.

Publicação do Contrato Padrão de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), que dinamizará o desenvolvimento do mercado livre de gás natural pela MSGás, garantindo acesso seguro e eficiente à infraestrutura de distribuição.

Participação ativa do processo de renovação antecipada da concessão, tema regulatório mais relevante do ano, pois assegura a continuidade e estabilidade do fornecimento e dos planos de investimento de longo prazo (período 2028-2058). O exíto neste processo é vital para a expansão da rede e o desenvolvimento socioeconômico de novas regiões do estado.

Elaboração da Revisão Tarifária Ordinária de 2025, a RTO é o processo fundamental para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, determinando as receitas necessárias para a cobertura de custos eficientes e a remuneração de capital. A proposta da RTO foi submetida à Consulta Pública pela AGEMS, cumprindo o rito de transparência e participação social, essencial para a validação da nova estrutura tarifária a ser aplicada.

Supply

Supply é tema estratégico para a MSGás por assegurar o suprimento contínuo e confiável de gás natural. Em 2025, sua gestão priorizou a otimização contratual, a mitigação de riscos e a conformidade regulatória, garantindo segurança de abastecimento e sustentabilidade do negócio.

Destaques

Incremento na aquisição de gás natural na modalidade spot, ampliando a flexibilidade e a segurança do suprimento e permitindo maior capacidade de atendimento a demandas variáveis e otimização da operação do sistema, no contexto de um portfólio diversificado que passou a contar com um total de seis supridores.

Paralelamente, a MSGás intensificou as ações no mercado de Biometano, conduzindo a articulação com produtores, órgãos reguladores e o Governo do Estado, contribuindo para o aprimoramento do ambiente regulatório e para o desenvolvimento de modelos operacionais que permitam a integração segura e eficiente do biometano à infraestrutura existente. Essas iniciativas reforçam o compromisso da Companhia com a inovação, a sustentabilidade e o apoio às metas estaduais de redução de emissões e uso de energias renováveis.

Desempenho do mercado e segmentos

O gás natural é reconhecido como uma fonte energética eficiente e um dos vetores centrais da transição energética. Destaca-se por sua flexibilidade operacional, ampla disponibilidade e custo competitivo quando comparado a outras fontes, inclusive renováveis, além de possibilitar a substituição de combustíveis mais poluentes nos setores comercial, residencial, industrial e de transporte.

Em 2025, o volume de gás natural medido pela MSGás superou 212,9 milhões m³/ano, correspondendo a uma média aproximada de 583,4 mil m³ por dia. Esse resultado representa um crescimento de cerca de 0,58% em relação ao ano anterior, impulsionado pelo desempenho positivo e pela contínua expansão dos segmentos térmico, industrial, residencial e comercial ao longo do período.

No que se refere ao número de unidades usuárias, a Companhia registrou um crescimento expressivo de 20,8%, com a incorporação de 4.755 (4.650 residencial | 97 comercial | 8 industrial) novas unidades de consumo. Assim, a MSGás encerrou 2025 com 27.300 consumidores de gás natural no Estado de Mato Grosso do Sul.

Serviço de distribuição (Termelétrica)

No decorrer do ano, a geração de energia elétrica no Brasil foi ampliada em 6.564,81 MW com a entrada de 113 novas usinas. Entre elas, 13 termelétricas (2.493,05 MW) desempenharam papel estratégico na expansão e na flexibilidade do sistema elétrico, complementando as demais fontes renováveis e hidrelétricas (fonte Aneel). Em Mato Grosso do Sul, o segmento foi responsável pela movimentação de 33,6 milhões de m³ de gás natural em 2025 representando um decréscimo de 7,2% em relação a 2024.

A MSGás atende duas usinas termelétricas — UTE Três Lagoas e UTE William Arjona — que contribuem para a flexibilidade operacional do sistema elétrico, conforme a demanda do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico). O consumo de gás natural na UTE Três Lagoas reduziu de 35,6 milhões de m³ em 2024 para 32,4 milhões de m³ em 2025, em função do menor despacho, decorrente da maior geração hídrica e da expansão das fontes renováveis. Já a UTE William Arjona consumiu 1,2 milhão de m³ de gás natural, impulsionado pela antecipação do contrato de capacidade, além de despachos pontuais e ajustes operacionais, mantendo seu papel estratégico na flexibilidade e na segurança do sistema elétrico.

GNV – Gás natural veicular

Em 2025, apesar da adoção de estratégias voltadas à retomada do interesse por veículos movidos a Gás Natural Veicular (GNV) tais como: isenção de IPVA, redução de ICMS, estabilização tarifária, incentivos comerciais, campanhas promovidas pela MSGás e avanços tecnológicos no segmento, o desempenho do mercado permaneceu desfavorável. Observou-se retração de 18,9% no consumo em relação a 2024, totalizando 1.789.554 m³ distribuídos no período.

A competitividade de preços do etanol reduziu a atratividade do GNV em Mato Grosso do Sul, impactando a frequência de abastecimento pelas unidades usuárias. Adicionalmente, a expansão da frota de veículos elétricos também contribuiu para a queda da demanda.

do gás natural em frota pesada — especialmente caminhões e ônibus —, favorecendo a retomada do consumo como alternativa mais econômica, ambientalmente mais limpa e operacionalmente eficiente.

Industrial

O agronegócio e a agroindústria permanecem como vetores relevantes da indústria em Mato Grosso do Sul, influenciando a produção e as exportações, especialmente de celulose e derivados. Políticas estaduais e investimentos industriais fortaleceram o setor, ampliando sua contribuição para a economia e a geração de renda.

Em 2025, a indústria do Estado manteve trajetória de crescimento e relevância econômica, com destaque para o segmento de celulose, sustentado por elevados níveis de produção e forte orientação ao mercado externo.

Esse desempenho refletiu, principalmente, no primeiro semestre, no maior consumo de gás natural, que cresceu 10% em 2025, alcançando 183.936.076 m³, impulsionado principalmente pelas duas grandes indústrias de celulose e papel atendidas pela Companhia.

Mercado urbano – Comercial e residencial

Comercial

Em 2025, o segmento comercial apresentou desempenho positivo, com volume entregue de 3.716.911 m³, representando crescimento de 5,8% em relação a 2024.

Residencial

Com foco na ampliação do uso do gás natural no segmento residencial, a MSGÁS tem implementado ações estruturadas que reforçam a praticidade, a segurança e a viabilidade do combustível, aliadas à agilidade no atendimento aos novos clientes. Como resultado, o volume fornecido às residências atingiu 2.076.584 m³ em 2025, registrando crescimento de 18,6% em relação ao ano anterior, impulsionados pelo maior número de conexões em 2024 e 2025.

Cogeração

A cogeração em operação em um centro comercial de Campo Grande, voltada à geração de frio no horário de ponta, apresentou redução de 61,6% no consumo em 2025 em relação a 2024, em decorrência da migração para o mercado livre de energia elétrica. No acumulado do ano, o segmento registrou consumo de 258.930 mil m³ de gás natural.

Operação do sistema de distribuição

As áreas atendidas pela MSGÁS — Campo Grande e Três Lagoas — concentram aproximadamente 38% da população do Estado de Mato Grosso do Sul e estiveram inseridas em um contexto de expansão econômica em 2025, impulsionado pelo desempenho dos segmentos agroindustrial, industrial e de serviços, que reñem maior densidade de atividade produtiva e demanda energética.

Nesse cenário, no âmbito das áreas atendidas, a Companhia implementou ações de melhoria contínua nos processos operacionais, fundamentadas em indicadores de desempenho e na aplicação de tecnologias digitais para a otimização da eficiência.

Na unidade de Campo Grande, foram terceirizados os serviços de leitura de consumo e patrulhamento de redes, permitindo a alocação da equipe técnica em atividades de maior complexidade e valor agregado. Paralelamente, o projeto piloto de medição remota, iniciado em 2024, foi expandido em 2025 com a integração de um novo meio de telecomunicação — rede de dados IoT, complementando a infraestrutura LoraWan, assegurando maior confiabilidade das informações, suporte à futura escalabilidade e mitigação de impactos aos consumidores.

A supervisão do sistema de distribuição permanece sob responsabilidade da Gerência de Operação e Manutenção em Campo Grande, em sinergia com a Gerência Regional Leste, localizada em Três Lagoas, garantindo governança operacional, monitoramento contínuo e conformidade com padrões técnicos.

Investimentos em 2025

Em 2025, a MSGÁS investiu mais de R\$ 37 milhões, sendo que a maior parte, aproximadamente 67%, foi destinada à expansão, saturação e melhorias operacionais das redes de distribuição. Outros 33% dos investimentos foram aplicados em projetos de engenharia, iniciativas de segurança cibernética, aquisição de veículos, ações de proteção de dados e atualização de softwares e licenças corporativas.

No período, a Companhia implantou 32,2 km de redes de distribuição nos municípios de Campo Grande e Três Lagoas, encerrando o exercício com 543,1 km de redes implantadas no Estado de Mato Grosso do Sul. A MSGÁS também avançou no desenvolvimento de projetos voltados ao atendimento de novos investimentos industriais no Estado, com destaque para as iniciativas associadas ao Projeto Sucuriú, no município de Inocência, e ao processo de interiorização do gás natural. Nesse contexto, destaca-se o enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que prevê a suspensão da incidência de PIS e COFINS sobre a aquisição de materiais destinados à implantação da infraestrutura, contribuindo para a redução do custo de investimento e para a viabilidade econômica da expansão da rede de distribuição.

O plano de investimentos da MSGÁS é elaborado com foco na competitividade, no equilíbrio regulatório, na modicidade tarifária e na expansão da infraestrutura, garantindo acesso confiável ao gás natural em Mato Grosso do Sul. Dessa forma, os clientes podem usufruir de forma contínua dos benefícios econômicos e ambientais proporcionados pelo uso do gás natural.

Gestão de segurança, meio ambiente e saúde (SMS)

A MSGÁS coloca a preservação da vida, do meio ambiente e da integridade do sistema de distribuição de gás natural no centro de suas ações. Em 2025, a Companhia intensificou as manutenções preventivas e preventivas, o acompanhamento de obras de terceiros e os programas de treinamento e conscientização.

Como resultado desse conjunto de iniciativas, a MSGÁS encerrou o exercício com elevados padrões de eficiência operacional e, em 31 de dezembro de 2025, alcançou a marca de 747 dias sem acidentes.

A Companhia mantém comunicação contínua com seus públicos, orientando sobre o uso seguro do gás natural e a pronta comunicação de ocorrências, com canais de atendimento disponíveis 24h. A sinalização nas vias e unidades reforça a proteção dos ativos e a segurança operacional. Em 2025, também deu continuidade ao Programa de Liderança Visível, ampliando a presença dos gestores em campo e fortalecendo a cultura de segurança junto a colaboradores, clientes e comunidades.

Licenciamento

A Companhia mantém a regularidade do licenciamento ambiental de suas operações e, em 2025, obteve mais de 120 autorizações (SISEP) e 09 licenças ambientais que asseguraram a conformidade de seus empreendimentos e instalações.

Sistema integrado de SMS

A MSGÁS opera com um Sistema de Gestão Integrado de SMS que orienta o cumprimento dos 15 compromissos de SMS, fortalecendo a segurança, o meio ambiente e a saúde, reduzindo riscos e aumentando a confiabilidade das operações e do sistema de distribuição de gás canalizado. O sistema abrange o monitoramento de indicadores, a gestão de treinamentos, o atendimento às exigências legais, a integração da segurança aos planos de negócio e a melhoria contínua, promovendo uma cultura de segurança e ações proativas de controle de riscos.

Em 2025, houve a intensificação da divulgação das 10 Regras de Ouro, reforçando comportamentos seguros, a conscientização de empregados e contratados e a prevenção de acidentes. Essa iniciativa ampliou o engajamento das equipes, padronizou práticas operacionais e consolidou as Regras de Ouro como referência para a execução segura das atividades e a preservação da vida e da confiabilidade dos processos.

Também foram revisados e atualizados os planos de: Análise Preliminar de Riscos – APR, Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, Plano de Ação de Emergência – PAE e o Plano de Contingência.

Dimensão ambiental

Resíduos Sólidos

O cumprimento à Licença de Operação é uma obrigação da Companhia e um compromisso com a preservação do meio ambiente.

A MSGÁS realiza a destinação adequada de todos os resíduos gerados em suas instalações e obras de implantação de ramais de gás natural, separando-os em comuns, recicláveis e perigosos. Resíduos comuns são coletados pela empresa autorizada pela prefeitura, enquanto os recicláveis seguem para coleta seletiva. A tabela abaixo apresenta os resíduos perigosos (Classe I) destinados em 2025.

Tabela – Resíduos perigosos

Resíduos	Quantidade
Resíduos Sólidos Contaminados com Mercaptano	56,80 Kg
Resíduos Sólidos Diversos Contaminados	30,00 Kg
Resíduos Líquidos	86,00 kg
Pilhas e Baterias	3,10 Kg
Lâmpadas	2 unidades

Consumo de água

A MSGÁS monitora e controla o consumo de água em suas instalações, utilizando recursos provenientes do sistema público de abastecimento e de poços de captação subterrânea em locais não atendidos pela rede pública. Na sede administrativa, os sanitários contam com duplo acionamento de descarga, contribuindo para a redução do consumo desse recurso natural.

Consumo de energia elétrica

A MSGÁS utiliza sistemas de eficiência energética e prioriza equipamentos que reduzem o consumo de energia. Na sede administrativa, os banheiros possuem sensores de presença para iluminação, prevenindo desperdícios elétricos. No corrente ano tomou a iniciativa de investir na construção do parque fotovoltaico com potencial de geração da ordem de 27.000 kvh.

Além disso, praticamente toda a frota veicular utiliza GNV, além de investir na aquisição e operação de motogerador de 163 kWh para suprir eventuais quedas de energia nas suas sedes, ambos utilizando gás natural como combustível.

Indicadores

O desempenho da MSGÁS na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais é monitorado por meio dos indicadores TOR (Taxa de Ocorrências Registráveis), TAR (Taxa de Acidentes Registráveis) e TG (Taxa de Gravidade). A taxa de Acidentes Registráveis (IAR) acumulada em 2025 atingiu 2,51, com 01 acidente registrado ao longo do ano.

A Taxa de Gravidade (TG) acumulada em 2025 foi de 0 – zero – dias perdidos, sem ocorrências e sem afastamentos.

Emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa)

O Programa de Expansão do Uso do Gás Natural teve como propósito ampliar a adoção de uma matriz energética de menor impacto ambiental, contribuindo para o crescimento sustentável do estado de Mato Grosso do Sul, em consonância com a meta do Governo do Estado de alcançar a condição de Carbono Neutro até 2030.

No exercício de 2025, o programa distribuiu 174 milhões de metros cúbicos de gás natural, contribuindo diretamente para a substituição de combustíveis mais poluentes e promovendo maior eficiência energética. Como principal resultado alcançado, registrou-se a redução de mais de 130 mil toneladas de dióxido de carbono (CO2) equivalente, representando uma diminuição de 27% nas emissões dos clientes atendidos pela MSGÁS. Além dos ganhos ambientais, o programa reforçou indicadores de desempenho relacionados à inclusão produtiva, geração de renda, movimentação da economia, segurança operacional e sustentabilidade, fortalecendo o desenvolvimento regional.

Dimensão social

Programa MSGás de Incentivos Fiscais

Criado em 2020, o Programa MSGás de Incentivos Fiscais destina parte do Imposto de Renda devido a projetos sociais por meio das Leis de Incentivo Fiscal. Os recursos apoiam iniciativas nas áreas de esporte, cultura, audiovisual, atendimento a crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e pessoas com câncer.

O Programa reflete o compromisso da MSGÁS com responsabilidade social, impacto duradouro, sustentabilidade, integridade, engajamento dos colaboradores e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul. Em 2025, foram destinados R\$ 599 mil a instituições do Estado. Desde sua criação, o Programa já direcionou aproximadamente R\$ 3,3 milhões a 22 projetos sociais, com impacto estimado em mais de 14 mil pessoas.

Entre as instituições apoiadas estão: Asilo São João Bosco, AACSC, Cotolengo, Judó Moura, Educandário Francisco Thiesen, Sirpha Lar do Idoso, Lar do Pequeno Aasiz, Maratona de Campo Grande, Bonito 21K, Escola Colibri, Casa Peniel, além de grupos culturais como Cia Dançurbana, Casa do Ensaio, Filipe Silveira e Polo Filmes.

Com a chamada pública de 2025, o Programa alcança seis rodadas de aportes, realizadas com transparência e acesso público. Para 2026, a MSGÁS se prepara para nova chamada e continuidade dos investimentos sociais.

Política de Equidade

A MSGÁS reafirma seu compromisso com a equidade de gênero e a valorização da diversidade em seu quadro funcional, adotando práticas alinhadas à legislação vigente e aos princípios de gestão responsável de pessoas.

Cabe destacar que, por se tratar de empresa estatal, a Companhia possui capacidade limitada de ingerência sobre a composição de seu quadro funcional, uma vez que o ingresso de empregados ocorre por meio de concurso público, com critérios objetivos e previamente definidos.

Ainda assim, a MSGÁS assegura tratamento equitativo, transparência e igualdade de oportunidades em

seus processos de remuneração, progressão e desenvolvimento, pautados em critérios técnicos e estruturados dispostos em seu plano de cargos, carreiras e salários.

No período de 2024 a 2025, o quadro de colaboradores passou de 87 para 99 empregados. Nesse mesmo intervalo, a participação feminina variou de 39,1% para 36,4% do total de colaboradores. Em relação à distribuição por nível hierárquico, observa-se predominância feminina na alta administração e nas funções de assessoramento.

Resalta-se que não foram consideradas parcelas de remuneração variável ou eventual, uma vez que o plano de cargos, carreiras e salários da Companhia não prevê esse tipo de componente remuneratório, como, por exemplo, comissões de vendas.

Tabela – Funcionários por sexo:

Sexo	2024	%	2025	%
Mulheres	34	39%	36	36%
Homens	53	61%	63	64%
Total:	87	100%	99	100%

Tabela – Funcionários por nível hierárquico:

Nível hierárquico	2024			2025		
	Homem	Mulher	% Mulher	Homem	Mulher	% Mulher
Gerência	10	3	23%	10	4	29%
Coordenação	4	1	20%	4	1	20%
Assessoria	2	5	71%	5	6	55%
Cargos de níveis superiores	16	8	33%	19	7	27%
Cargos de nível médio	20	14	41%	24	16	40%
Total:	52	31	39%	62	34	36%

Tabela – Proporção de mulheres que ocupam cargos na administração superior:

Indicador	2024	2025
Total de cargos da administração superior	4	3
Mulheres	3	2
Homens	1	1
Participação feminina na administração superior	75%	67%

Tabela – Remuneração segregada por cargo:

Nível hierárquico (R\$ mil)	Mulheres			Homens		
	2024	2025	Evolução	2024	2025	Evolução
Alta administração	29	52	23	31	45	14
Gerência	21	22	1	18	20	2
Coordenação	23	25	2	12	13	1
Assessoria	10	6	(4)	17	7	(10)
Cargos de níveis superior	15	16	1	15	14	(1)
Cargos de níveis médio	9	9	-	8	8	-

A redução da remuneração média observada nas assessorias e nos cargos de nível técnico e superior, tanto para homens quanto para mulheres, decorre de:

- Substituição de Assessorias Sênior por novas Assessorias Júnior e Pleno, com remuneração inferior.
- Admissão de colaboradores concursados em início de carreira, alocados nas faixas salariais iniciais, o que reduz a remuneração média da equipe. Estas decorrentes da expansão da Companhia e renovação do quadro funcional, realizado em estrita conformidade com os critérios técnicos estabelecidos no Plano de Cargos, Carreiras e Salários, sem qualquer distinção de tratamento entre gêneros.
- Realização de Plano de Incentivo a Demissão Voluntária em 2024, com desligamentos em 2025, de colaboradores avançados na carreira, o que levou a redução do salário médio dos colaboradores.

Além disso, o plano de incentivo a demissão voluntária, com desligamentos em 2025, de colaboradores avançados na carreira, o que levou a redução do salário médio dos colaboradores.

A Companhia mantém um Sistema de Governança, Riscos e Conformidade (GRC) estruturado para assegurar integridade, transparência e geração de valor sustentável, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, com as melhores práticas de mercado e com as diretrizes do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

Em 2025, as Assessorias de Governança Corporativa e de Gestão de Riscos e Conformidade foram integradas, passando a constituir uma única unidade organizacional: a Assessoria de Governança, Riscos e Conformidade (ASGRM). A iniciativa fortaleceu a visão sistêmica do modelo de governança, promoveu maior eficiência na coordenação de controles e aprimorou o fluxo de reporte às instâncias superiores.

Adicionalmente, com o objetivo de alinhar a Companhia às melhores práticas organizacionais e fortalecer o direcionamento estratégico, foi criada a Gerência de Planejamento, responsável por consolidar as atribuições relacionadas ao planejamento estratégico, ao orçamento corporativo e à estratégia de crescimento.

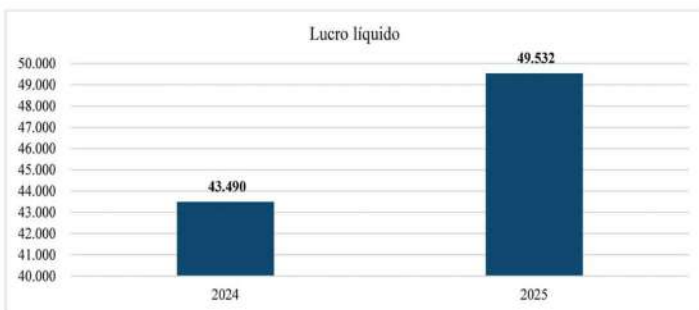
A governança corporativa é exercida por meio de instâncias colegiadas com competências formalmente definidas, incluindo Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria Estatutária, Comitê de Elegibilidade e Coordenadoria de Auditoria Interna. O modelo adotado reforça a segregação de funções, a colegialidade na tomada de decisões e a prestação de contas, assegurando supervisão efetiva da estratégia, do desempenho e da conformidade regulatória.

A gestão de riscos é conduzida de forma estruturada e contínua, contemplando a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos estratégicos, operacionais, regulatórios, financeiros, socioambientais e de integridade. O processo inclui a definição do apetite e da tolerância a riscos pelo Conselho de Administração, atualização periódica da Matriz de Riscos Corporativos, estabelecimento de planos de ação com responsáveis e prazos definidos, bem como reporte regular à Alta Administração e ao Conselho. Esse modelo contribui para maior previsibilidade, resiliência institucional e tomada de decisão baseada em evidências.

A integridade constitui compromisso permanente da administração e dos acionistas. A MSGás conduz seus negócios com observância rigorosa às normas legais e regulatórias aplicáveis, bem como às diretrizes setoriais. O Programa de Integridade está estruturado com base em Código de Conduta e Integridade, Canal de Denúncias com garantia de confidencialidade e não retaliação, políticas institucionais abrangentes, treinamentos periódicos e monitoramento contínuo, com envolvimento ativo da Alta Administração.

Lucro líquido

No mesmo sentido, o lucro líquido atingiu R\$ 49.532 em 2025, superior (R\$ 6.042 | 13,89%) aos R\$ 43.490 registrados em 2024, refletindo o desempenho operacional e a consistência da gestão financeira.



Riqueza gerada

A MSGÁS gerou, em 2025, o montante de R\$ 164.180 milhões em valor adicionado, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social por meio do recolhimento de tributos ao Estado, pagamento de salários aos colaboradores, distribuição de resultados aos acionistas, remuneração de financiadores via encargos financeiros e manutenção dos investimentos necessários à continuidade operacional da Companhia.

Gestão financeira

Com a expansão do volume de vendas, a Companhia tem intensificado os esforços no controle da inadimplência e no atendimento personalizado aos clientes. Como resultado, a inadimplência média anual manteve-se em patamar saudável, em 0,74%.

Visando contribuir para maior adimplência, além das modalidades tradicionais de pagamento (PIX e boleto), a MSGÁS firmou contratos com diversas instituições financeiras para oferta da opção de débito automático, ampliando a conveniência e a pontualidade dos pagamentos.

Destaca-se, ainda, o desempenho positivo das aplicações financeiras, com resultado 44% superior ao estimado para o exercício de 2025, refletindo uma gestão eficiente de caixa e tesouraria.

No âmbito da gestão de financiamentos, a Companhia concluiu, em dezembro de 2025, a quitação da última parcela do financiamento contratado junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), utilizado para a implantação da infraestrutura de atendimento ao projeto Eldorado. Paralelamente, encontra-se em fase de estruturação a contratação de novo financiamento junto ao FCO, destinado ao apoio à implantação da infraestrutura necessária ao Projeto Sucuriú, reforçando a estratégia de sustentação financeira dos investimentos previstos para a expansão da rede de distribuição no Estado.

Balanco Patrimonial (R\$ mil)

Balanco Patrimonial	2024	2025
Ativo		
Circulante	192.286	184.766
Caixa e equivalentes de caixa	76.576	78.308
Contas a receber de clientes	66.591	61.901
Estoque	1.903	2.706
Impostos a recuperar	3.612	3.587
Adiantamento a fornecedores	32.429	27.190
Outros créditos	11.175	11.074
Não circulante	152.942	156.641
Impostos a recuperar	437	564
Impostos a diferidos	11.496	10.518
Outros créditos	53	14
Intangível	95.206	75.006
Ativo financeiro - Concessão	43.243	69.331
Ativo de direito de uso	2.507	1.208
Total do ativo	345.228	341.407

Passivo e Patrimônio líquido

Circulante	152.999	148.079
Fornecedores	46.434	53.159
Empréstimos e financiamentos	4.922	-
Obrigações fiscais	7.569	4.948
Obrigações sociais	7.720	8.339
Adiantamentos de clientes	85.371	52.122
Dividendos a pagar	-	28.234
Passivo de arrendamento	722	968
Outras contas a pagar	261	309
Não circulante	3.546	1.901
Empréstimos e financiamentos	-	-
Partes relacionadas	-	-
Adiantamento de clientes	621	767
Passivo de arrendamento	2.039	318
Outras contas a pagar	886	816
Patrimônio líquido	188.683	191.427
Capital subscrito	78.340	78.340
Reserva legal	15.668	15.668
Reserva de lucro	63.078	62.672
Dividendos adicionais	31.597	34.747
Total do passivo e Patrimônio líquido	345.228	341.407

Demonstração do resultado do exercício (R\$ mil)

Demonstração do resultado do exercício	2024	2025
Recita		
Recita operacional líquida	489.229	504.990
Custos dos produtos vendidos	(414.835)	(414.117)
Lucro Bruto	74.394	90.873
Despesas operacionais		
Despesas comerciais	(3.183)	(2.791)
Despesas administrativas e gerais	(39.321)	(54.845)
Outras receitas operacionais	17.089	29.148
Resultado antes do resultado financeiro	48.979	62.385
Recitas financeiras	15.256	14.213
Despesas financeiras	(4.104)	(6.701)
Total do resultado financeiro líquido	11.152	7.512
Resultado op. antes das tributações sobre o lucro	60.131	69.897
Imposto de renda	(12.241)	(14.993)
Contribuição social	(4.400)	(5.372)
Lucro líquido do exercício	43.490	49.532
Número de ações do capital social	78.340	78.340
Lucro líquido por ação do capital em reais R\$	0,56	0,63

Demonstrações Contábeis e Notas explicativas da Administração

BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO EM 2025 E 2024

ATIVO		NE	31/12/25	31/12/24	PASSIVO		NE	31/12/25	31/12/24
CIRCULANTE			174.888	191.678	CIRCULANTE			148.080	152.999
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.951	78.575		Fornecedores	10	53.159	46.434	
Contas a receber	5	61.901	66.591		Empréstimos e Financiamentos		-	4.922	
Estoque		2.706	1.902		Obrigações fiscais	11	4.948	7.569	
Adiantamento a fornecedor	6	27.174	32.365		Obrigações sociais	12	8.339	7.720	
Impostos a recuperar	7	3.587	3.612		Adiantamentos de clientes	13	52.122	85.371	
Outros créditos		3.569	10.633		Dividendos a pagar	15	28.234	-	
					Passivo de arrendamento		968	722	
					Outras contas a pagar		310	261	
NÃO CIRCULANTE			166.519	153.550	NÃO CIRCULANTE			1.899	3.546
Impostos a recuperar	7	564	438		Adiantamentos de clientes	13	767	621	
Impostos diferidos	8	10.518	11.496		Passivo de arrendamento		318	2.040	
Outros créditos		14	53		Outras contas a pagar		814	885	
Intangível	9	84.664	95.814		PATRIMÔNIO LÍQUIDO			17	191.428
Ativo financeiro - concessão	9	69.331	43.242		Capital Social	17a	78.340	78.340	
Ativo de direito de uso		1.208	2.507		Reserva Legal	17b	15.668	15.668	
					Reserva de Lucros	17c	97.420	94.675	
Total do ativo		341.407	345.228						

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 2025 E 2024

		(Em reais - R\$ mil)	
		31/12/25	31/12/24
Recita			
Recita operacional líquida	18	504.990	489.230
Custos dos produtos vendidos	19	(414.117)	(414.835)
Lucro bruto		90.873	74.395
Recita de construção de infraestrutura		14.600	19.350
Custos de construção de infraestrutura		(14.600)	(19.350)
Lucro bruto após construção da infraestrutura (ICPC 01)		90.873	74.395
Despesas Operacionais			
Despesas comerciais		(2.791)	(3.183)
Despesas Administrativas e gerais	20	(37.934)	(36.550)
Outras receitas operacionais	21	14.548	17.089
		(26.177)	(22.644)
Resultado antes do resultado financeiro		64.696	51.751
Resultado financeiro líquido	22	7.512	10.442
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro		72.208	62.193
Provisão de IRPJ e CSLL		(20.364)	(16.642)
Lucro líquido do exercício antes das participações		51.844	45.551
Participação no resultado - Empregados		(1.928)	(2.062)
Participação no lucro - Administradores		(384)	(384)
		(2.312)	(2.062)
Lucro líquido do exercício		49.532	43.489
Número de ações do capital social		78.340	78.340
Lucro líquido por ação do capital em reais R\$		0,63	0,56

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO EM 2025 E 2024

		Reserva de Lucros		Resultado a disposição dos acionistas	Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		78.340	15.260	65.758	37.438	196.796
Reserva Legal			408		(408)	-
Integralização do Capital Social						-
Resultado a disposição dos acionistas				(2.680)	(31.597)	(2.680)
Dividendos Distribuídos					(37.438)	(37.438)
JSCP Juros sobre Capital Próprio					(11.485)	(11.485)
Lucro Líquido do Exercício após Reversão dos JSCP					43.490	43.490
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	78.340	15.668	63.078	31.597	-	188.683
Reserva Legal						-
Integralização do Capital Social						-
Resultado a disposição dos acionistas				(408)		(408)
Dividendos Distribuídos					(31.597)	(31.597)
JSCP Juros sobre Capital Próprio					(14.784)	(14.784)
Lucro Líquido do Exercício após Reversão dos JSCP					49.532	49.532
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	78.340	15.668	62.672	-	34.748	191.428

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO DIRETO DO EXERCÍCIO EM 2025 E 2024

		31/12/25	31/12/24
Fluxo de caixa das atividades operacionais		72.208	62.193
Lucro do exercício antes da provisão IRPJ e CSLL			
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Amortização sobre Intangível		22.292	10.745
Amortização sobre Direito de Uso		872	842
Amortização sobre Baixa de Ativo		-	(1.004)
Participação nos lucros de empregados e administradores		(2.312)	(2.082)
Atualização Dividendos		3.231	2.683
Arrendamento - adequação ao ativo		(251)	-
Variações dos ativos e passivos operacionais		96.640	82.397
(Aumento) Redução em contas a receber		4.690	8.780
(Aumento) Redução em estoques		(604)	(83)
(Aumento) Redução em Adiantamento a fornecedores		5.191	(1.819)
(Aumento) Redução em impostos a recuperar		(101)	(1.833)
(Aumento) Redução em outros créditos		7.103	(9.690)
(Aumento) Redução em ativo financeiro - concessão		(26.089)	(10.824)
Aumento (Redução) em fornecedores		6.725	(8.630)
Aumento (Redução) em obrigações fiscais e sociais		(2.002)	5.538
Aumento (Redução) em adiantamento de clientes		(33.103)	14.505
Aumento (Redução) em outros passivos		(22)	332
Aumento (Redução) em contingências			(54)
Total das variações de ativos e passivos		(38.412)	(3.379)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pago		(19.386)	(16.292)
Imposto de renda retido na fonte sobre JSCP		(1.086)	(844)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais		37.156	61.883
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		(11.362)	(25.298)
Adições em ativo intangível			7.717
Baixa do ativo intangível			-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos		(11.362)	(17.581)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		(4.922)	(4.884)
Amortização de financiamentos (principal)			(713)
Arrendamento - Pagamento			109
Arrendamento - Encargos			(13.698)
Juros sobre capital próprio			(7.000)
Dividendos			(45.790)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos		(26.418)	(62.028)
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(624)	(17.729)
Variação líquida no exercício		76.575	94.301
Disponibilidades no início do exercício		76.051	76.575
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(624)	(17.729)

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO EM 2025 E 2024

		31/12/25	31/12/24
Receitas		662.519	640.694
Vendas de produtos e serviços		23.131	27.877
Outras receitas operacionais		(5)	(5)
PCLD Perdas para créditos de liquidação duvidosa		95	(457)
Conta Gráfica			
Insusmos adquiridos de terceiros		685.740	677.109
Matérias-primas consumidas		(503.159)	(512.813)
Outros Custos de produtos e serviços vendidos		(3.145)	(3.053)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(6.330)	(11.432)
Valor Adicionado Bruto		173.106	149.206
Retenções		(23.139)	(18.900)
Amortização			
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		149.967	130.306
Valor adicionado recebido em transferência		14.213	15.256
Receitas financeiras			
Valor adicionado a distribuir		164.180	145.562
Distribuição do valor adicionado		33.547	30.786
Pessoal e encargos		74.327	67.163
Impostos, taxas e contribuições		55	10
Aluguéis		18	29
Doações		6.701	4.104
Juros e encargos financeiros		49.532	43.480
Lucro (Prejuízo) adicionado			
Valor adicionado distribuído		164.180	145.562

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 2025 E 2024

		31/12/25	31/12/24
Lucro líquido do exercício		49.532	43.490
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do período		49.532	43.490
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas		49.532	43.490

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

1. Contexto operacional

A Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul – MSGÁS (“Companhia”) foi constituída com base na Lei Estadual nº 1.854 de 21 de maio de 1998, alterada pela Lei Estadual nº 2.865 de 07 de julho de 2004, sob a forma de sociedade por ações. A Companhia é uma Sociedade de economia mista, e seus objetivos são: executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, exploração, produção, aquisição, armazenamento, produção e comercialização independente de energia elétrica, transporte, transmissão, importação, exportação, fabricação e montagem de componentes necessários ao suprimento do mercado de gás;

distribuição, comercialização e transporte de gás natural e/o subprodutos e derivados, bem como atuação na área de serviços de transmissão de dados, imagens e informações, por meio da implantação de rede de telecomunicações juntamente com a rede de distribuição de gás natural. A Companhia deu início à fase pré-operacional em julho de 1998 e foi até maio de 2001, iniciando suas atividades operacionais em 01 de junho de 2001.

A Companhia tem a concessão exclusiva para distribuição de gás natural em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos a partir de 29 de julho de 1998, podendo ser prorrogado por até igual período.

Ao final da concessão, por decurso de prazo, todos os bens da concessionária serão revertidos ao Estado de Mato Grosso do Sul (concedente) e a concessionária será indenizada pelo valor dos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão, atualizados monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em caso de extinção da concessão, por expiração do prazo, encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da Companhia, a concessionária será indenizada à vista e em dinheiro, pelos serviços, obras, imóveis, benfeitorias, equipamentos, redes de canalização, medidores, e todos os demais bens de seu ativo, atualizados monetariamente, capitalizados até o dia do efetivo pagamento pela variação do Índice Geral de Preços (IGP).

Na hipótese em que a extinção não decorra de fatos imputáveis à concessionária, será esta, ainda, indenizada por perdas e danos e todos os prejuízos sofridos com a extinção, notadamente pelos lucros cessantes e danos emergentes, tudo atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna (IGP-DI).

As tarifas são propostas pela concessionária e aprovadas pela concedente, que também é responsável por homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas.

A Companhia está ampliando a rede de distribuição de gás natural em Campo Grande e Três Lagoas para abastecer os segmentos: residencial, comercial, industrial e automotivo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela administração em 03 de março de 2026.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos adiantamentos de clientes e adiantamentos a fornecedores, que são mensurados pelo valor justo através do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

3.5. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior.

3.6. Direito de Uso/Arrendamento CPC 06(R2)

A Companhia segue a norma do CPC 06 (R2) e foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, com o objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro, especialmente quanto ao aluguel da sede.

3.7. Intangível

Contratos de concessão de serviços

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelo sistema de distribuição de gás natural em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 9).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos, os quais são remunerados via tarifa definido no contrato de concessão. O método de amortização utilizado pela Companhia, reflete o padrão de consumo descrito no contrato de concessão, para a formação de tarifa, sendo 10 anos.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento são classificadas no ativo intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas redes de distribuição foram capitalizados como parte de seus custos.

3.8. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 9, a Companhia possui provisão de redução para perda do valor recuperável constituído sobre seus ativos intangíveis.

3.9. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de serviços

As receitas de vendas decorrem da comercialização e distribuição de gás natural canalizado, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação as práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

3.10. Benefícios a empregados

A Companhia não dispõe de plano de benefício pós-emprego.

3.11. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.13. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar, sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substitivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.14. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP, aplicável somente às Companhias abertas.

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A IAS 21/CPC 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática.

Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante.

As alterações incluem principalmente o seguinte:

- Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é;
- Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra;
- Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra;
- Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível;
- Exemplos ilustrativos; e

A Companhia adotou as alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluímos que tais alterações não acarretam impactos para a Companhia, por três razões principais:

- A Companhia não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes;
- A Companhia não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e
- Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma.

Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Companhia, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

b) Exemplos ilustrativos para divulgação nas Demonstrações Contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 – Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

c) Orientação Técnica OCP 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)

Por meio da Resolução CVM nº 223/24 a autarquia tornou obrigatória a adoção desta orientação por todas as Companhias abertas e supervisionadas pela CVM para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025.

Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração, e evidência dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO).

A Companhia precisou avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, pois julgamos que esta informação é importante para uma apropriada interpretação das demonstrações contábeis por parte de seus usuários.

A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis.

3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48

Podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia entende não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3.17. Impactos da reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços):** contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços):** imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS):** novo tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027;
- Manutenção Restrita do IPI:** o IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdenciária Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e *Bets*;
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (*bets*).

Avaliação de impacto

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas.

A Companhia atendeu aos testes em ambiente de homologação e produção para destaque do IBS e CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026.

A Companhia mantém controle dos termos de benefícios fiscais e têm ciência de que deverão ser informados em ambiente e-CAC para comprovação de sua onerosidade e, futuramente, elegíveis para recebimento de recursos do Fundo de Compensação.

A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requerem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora esperar impactos na geração de caixa e lucros futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	176	1.522
Aplicações financeiras	75.775	75.053
	75.951	76.575

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 24.

As aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez diária, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco. As aplicações possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade e, em 31 de dezembro de 2025 e em 2024, não possui nenhuma operação objeto de swap em sua carteira.

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 estão registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	45.871	49.556
Vendas incorridas e não faturadas (a)	16.040	17.051
	61.911	66.607

(-) Provisão para perdas esperadas	(10)	(16)
	61.901	66.591

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes	45.366	49.207
A vencer	428	325
Vencido de 01 a 30 dias	19	13
Vencido de 31 a 60 dias	9	3
Vencido de 61 a 90 dias	49	8
	45.871	49.556

(a) Refere-se a parcela do fornecimento do gás no mês, no qual a medição e faturamento ainda não foram efetuados, mas estimados no balanço para fins de competência.

Provisão para perdas esperadas

A Companhia desenvolveu um índice de perdas/histórico para aplicar sobre o contas a receber, o estudo realizado pela Companhia engloba o valor das perdas efetivas nos últimos três exercícios somados a inadimplência dos títulos em aberto a mais de 180 dias até 31 de dezembro de 2025, comparados com o faturamento total no mesmo período, o índice obtido foi aplicado sobre o faturamento de dezembro de 2025, para constituir a provisão para perdas esperadas no recebimento de créditos.

Partes Relacionadas

A Companhia tem operações de venda de Gás Natural com órgãos estaduais classificadas como Partes Relacionadas bem como Reembolso da Remuneração de Diretor cedido pelo sócio. Existem saldos de partes relacionadas juntamente com o saldo de clientes.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Estado de Mato Grosso do Sul	35	14.578	84	-
Secretaria de Educação (cliente)	35	-	19	-
Fundação de Saúde (cliente)	-	-	65	-
Dividendos	-	14.578	-	-
	-	-	-	-
Commit gás S.A.	-	13.793	-	48
Reembolso remuneração diretor	-	137	-	48
Dividendos	-	13.656	-	-
	-	-	-	-
	35	28.371	84	48

Remuneração dos Administradores e Diretores

Em 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 2.705 (em 2024, R\$ 2.168).

6. Adiantamento a Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Petróleo Brasileiro S.A. (a)	27.174	32.365
	27.174	32.365

(a) A Companhia mantém contrato com o supridor no qual há previsto de adiantamento de gás natural pago e não retirado quando a QDC mínima não é atingida, com controle de volume em m3 x tarifa aplicável no mês correspondente, com regra de compensação pelo período de 120 dias após o encerramento do contrato.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
CSSL	1.291	936
IOP	100	-
IRPJ	484	612
ICMS	1.404	1.831
Outros	872	671
	4.151	4.050
Circulante	3.587	3.612
Não Circulante	564	438

8. Impostos diferidos

Impostos Diferidos	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para perdas esperadas	4	6
Ajustes a valor justo adiantamentos de clientes	624	1.600
Impairment sobre intangível	9.890	9.890
	10.518	11.496

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

As movimentações dos impostos diferidos ocorreram da seguinte forma:

	Ativo
Saldo em 1º de janeiro de 2024	11.846
(-) Diminuição	(1.099)
(+) Aumento	749
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.496
(-) Diminuição	(1.260)
(+) Aumento	282
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.518

9. Intangível

Custos/ativos intangíveis

	Saldo líquido 31/12/2024	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo líquido 31/12/2025
Terrenos	1.300	-	-	-	1.300
Edificações, obras e benfeitorias	8.560	74	537	-	9.171
Máquinas e equipamentos	2.717	1.118	-	-	3.835
Veículos	3.382	537	-	-	3.919
Móveis e utensílios	2.294	298	-	-	2.592
Computadores e periféricos	7.095	979	-	-	8.074
Softwares	6.209	1.243	-	-	7.452
Sistema de distribuição de gás natural	325.962	28	33.605	-	359.595
(-) Impairment sist.de dist.de gás natural	(29.089)	-	-	-	(29.089)
	328.430	4.277	34.142	-	366.849

Amortização				
Edificações, obras e benfeitorias	(3.221)	(783)	-	(4.004)
Máquinas e equipamentos	(1.325)	(225)	-	(1.550)
Veículos	(984)	(356)	-	(1.340)
Móveis e utensílios	(1.759)	(136)	-	(1.895)
Computadores e periféricos	(4.075)	(567)	-	(4.642)
Softwares	(3.815)	(417)	-	(4.232)
Sistema de distribuição de gás natural	(218.837)	(19.729)	-	(238.566)
Adequação de instalações	-	(79)	-	(79)
	(234.016)	(22.292)	-	(256.308)

Obras em andamento

Sistema de distribuição de gás natural	34.421	20.602	(32.328)	-	22.695
Adiantamento para aquisição de intangível	608	10.096	-	(826)	9.878
Almoxarifado de projetos	6.177	1.843	(1.814)	-	6.206
	41.206	32.541	(34.142)	(826)	38.779

a taxa IGP-DI para ajustar ao valor presente o seu ativo financeiro, a taxa é divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Companhia aplica a referida taxa, a qual está definida no contrato de concessão para remuneração dos investimentos efetuados nos últimos 10 (dez) anos da concessão.

10. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de gás natural	39.403	43.734
Fornecedores diversos	13.756	2.700
	53.159	46.434

A Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), é o principal fornecedor de gás natural canalizado para a Companhia.

11. Obrigações fiscais

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	1.049	585
IRPJ	220	2.406
CSRF	102	46
CSLL	373	1.073
PIS	168	283
COFINS	785	1.320
ICMS	2.132	1.741
ISSRF	83	99
ISS	35	15
Impostos e Taxas	1	1
	4.948	7.569

12. Obrigações Sociais

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de férias e encargos	4.737	4.547
Participação nos lucros e resultados	3.602	3.173
	8.339	7.720

13. Adiantamento de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de clientes	51.054	81.287
Ajustes a valor justo	1.835	4.705
	52.889	85.992

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	52.122	85.371
Não circulante	767	621
	52.889	85.992

Débitos nas operações de venda de gás e distribuição e ajuste a valor justo

O saldo de adiantamentos nas operações de venda de gás e distribuição, R\$ 51.054 (R\$ 81.287 em 2024), se referem ao saldo das operações comerciais. Quanto ao saldo de ajuste a valor justo sobre débitos nas operações de gás e distribuição, R\$ 1.835 (R\$ 4.705 em 2024) se refere ao ajuste a valor justo dos débitos gerados pelas operações comerciais realizadas com clientes.

14. Juros sobre capital próprio

Em 2025, a Companhia atribuiu créditos aos seus acionistas no valor de R\$ 14.784 (em 2024, R\$ 11.485), os quais foram pagos dentro de cada ano, referente a juros sobre capital próprio atendendo ao pagamento dos dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e legislação pertinente.

Essa distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios, foi aprovada pela Companhia, está assim realizada: Estado de Mato Grosso do Sul R\$ 7.540 e Commit Gás S.A. R\$ 7.245 e pago em 2025 (R\$ 5.858 e R\$ 5.627 pago em 2024).

Os juros foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249/95. Para fins de demonstração e adequação aos princípios contábeis, os respectivos juros foram revertidos na demonstração de resultado na linha de encargos financeiros líquidos para a conta de prejuízos acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

15. Dividendos a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Governo do Estado de Mato Grosso do Sul	14.578	-
COMMIT S.A.	13.656	-
	28.234	-

Os dividendos a pagar se referem aos dividendos complementares obrigatórios de 25% do lucro líquido após as destinações para reservas conforme regime pelo Estatuto social da Companhia. Em 2024 não houve saldo a pagar de Dividendos mínimos obrigatórios porque o valor do pagamento em 2024 de JSCP de R\$ 11.484 correspondente a 26,41% do Lucro Líquido.

16. Provisões legais e judiciais

Processos judiciais com probabilidade de perda provável

A Companhia é parte integrante em ações judiciais referentes às questões trabalhistas e cíveis, apoiados pelos assessores jurídicos, não há provisão de perda registrada na contabilidade conforme determina as práticas contábeis no Brasil. Adicionalmente não há ações com prognóstico de perda possível para divulgação nas notas explicativas. Não tem nenhuma ação classificada com prognóstico de provável perda.

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 78.340 (em 2024, o mesmo), está representado por 26.113.332 (vinte e seis milhões, cento e treze mil e trezentos e trinta e duas) ações ordinárias e 52.226.668 (cinquenta e dois milhões, duzentos e vinte e seis mil e seiscentos e sessenta e oito) ações preferenciais, todas de classe única, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 cada e inconversíveis de uma espécie em outra (em 2024, o mesmo).

b) Reserva de lucros

A reserva de lucros da Companhia é composta por:

Reserva legal, constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 15.668 (o valor em 2024 era R\$ 15.668). Em 2025 o saldo da conta de Reserva Legal permaneceu no limite de 20% do capital social.

Retenção de lucros é R\$ 62.672 (R\$ 63.078 em 2024) e o Resultado a disposição dos acionistas, constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício após as destinações de reservas, distribuições de dividendos obrigatórios e qualquer outra destinação necessária, o montante em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 34.748 (R\$ 31.597 em 2024).

18. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Reventa de gás natural		
Veicular	6.056	7.851
Industrial	606.453	593.042
Industrial - encargo de capacidade	7.101	10.788
Comercial	24.564	23.166
Residencial	14.935	12.263
Cogeração	976	2.615
Vendas incorridas e não faturadas	(1.311)	547
Encargos setoriais	94	(456)
Comercialização	368	-
	659.236	649.816
Serviços de transporte de gás natural		
Térmico serviço	10.526	10.598
Vendas incorridas e não faturadas	319	(389)
	10.845	10.209
(-) Deduções da receita		
PIS-PASEP	(9.250)	(9.050)
COFINS	(42.607)	(41.684)
ICMS	(110.596)	(107.755)
ICMS - ST	(286)	(213)
ISS	(526)	(530)
Devoluções e descontos incondicionais	(1.826)	(11.563)
	(165.091)	(170.795)
Receita operacional líquida	504.990	489.230

As vendas incorridas e serviços prestados e não faturadas são originadas pelos ciclos de medição, sendo que parte realizada no mês, fica para faturamento no fechamento do ciclo no mês seguinte, enquanto a apropriação contábil e reflexos tributários são efetuados no mês de competência.

19. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2025	31/12/2024
Compra de gás natural	(491.732)	(463.639)
Provisão compra de gás natural (a)	1.697	(40.783)
Transporte de gás natural	(9.056)	(8.396)
Pessoal	(6.949)	(6.828)
Outros	(23.043)	(19.599)
(-) Créditos de impostos	114.996	124.410
	(414.117)	(414.835)

(a) Refere-se a compra de gás natural junto a Petrobrás do mês de dezembro de 2025 devidamente entregue, cujo faturamento ainda não havia sido disponibilizado, porém registrado o seu custo por competência no resultado.

20. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(21.749)	(19.428)
Serviços de terceiros	(3.974)	(3.050)
Impostos, taxas e contribuições	(2.430)	(3.427)
Penalidades retirada de gás a menor/menor	(826)	(1.112)
Perdas com ajustes a valor justo	(3.611)	(3.389)
Amortização	(3.018)	(2.879)
Outros	(2.326)	(3.265)
	(37.934)	(36.550)

21. Outras receitas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Penalidades retirada de gás a menor/menor	3.056	1.272
Ganhos com ajustes a valor justo	12.635	2.968
Ganhos com adiantamentos/serviços não utilizados	-	3.832
Ressarcimento PIS COFINS pelo Supridor GN	-	9.343
Alienação Ativos	-	(418)
Outras Receitas	338	92
PIS/COFINS	(1.481)	-
	14.548	17.089

22. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	11.952	11.952
Juros e multas	233	233
Descontos obtidos	105	105
Juros sobre atualização de ativo financeiro	2.673	2.673
Outras	293	293
	15.256	15.256
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(92)	(288)
Juros passivos	(5.495)	(3.318)
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	(109)	(187)
Descontos concedidos	(769)	(53)
Atualização conta gráfica	(55)	(26)
Juros s/contrato de ressarcimento financeiro	(181)	(99)
PIS s/aplicações financeiras	(97)	(610)
COFINS s/ aplicações financeiras	(596)	(233)
	(7.394)	(4.814)
Resultado financeiro líquido	7.862	10.442

23. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota representa informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo. São adotadas políticas e processos de mensuração e de gerenciamento dos riscos.

a) Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados a seguir.

d) Exposição aos ativos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	75.951	76.575
Contas a receber	61.901	66.591
Ativo financeiro	69.331	43.242
	207.183	186.408

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia possui adiantamentos ativos no valor de R\$ 27.174 (R\$ 32.365 em 2024), e adiantamentos passivos no montante de R\$ 52.889 (R\$ 85.992 em 2024), que são controlados em quantidades de m³ de gás natural, sofrendo com isso, variação no valor justo em razão da variação tarifária do gás natural canalizado.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

Caixa e equivalentes de caixa informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

As contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	75.951	76.575	76.951	76.575
Contas a receber	61.901	66.591	61.901	66.591
Ativo financeiro	69.331	43.242	69.331	43.242
	207.183	186.408	207.183	186.408
Passivos financeiros				
Fornecedores	58.159	46.434	58.159	46.434
Empréstimos e financiamentos	-	4.922	-	4.922
Adiantamento de clientes	52.122	85.992	52.889	85.992
	111.048	137.348	111.048	137.348

24. Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

26. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de comercialização, distribuição e transporte de gás natural canalizado estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

27. Resultados por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela soma da quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ação em tesouraria que ditam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.



No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do exercício	49.532	43.489
Número de ações	78.340	78.340
Resultado por ação básico (reais)	0,63	0,56

28. Eventos subsequentes (CPC 24)

A Administração declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do período que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Companhia que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Campo Grande/MS, 03 de março de 2026

	CRISTIANE ALMEIDA JUNQUEIRA SCHMIDT		VALNIDERCO FERREIRA LEONEL
Dados:SCHMIDT	Dados: 2026.03.31 14:59:02 -0400	
Diretor Presidente	CRCMS 3.294/O-4	Contador	MSGÁS

	Tel.: +55 67 3326 2675 Fax: +55 67 3326 8714 www.bdo.com.br	Av. Afonso Pena, 523, 12º andar, Santa Fé - Campo Grande, MS Brasil 79031-010
---	---	---

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Conselheiros da Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS Campo Grande - MS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul - MSGÁS em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 3 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MS 000992-F

José Martins Alves
Contador CRC 1 MS 9938/O-0



Av. Ministro João Arantes, 2.138 - CEP: 79.040-001 - Campo Grande, MS
Tel.: (67) 3332-2400 E-mail: contas@msgas.com.br

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS, em conformidade com as atribuições dispostas no Art.163, da Lei 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, o Relatório Integrado da Administração, a Proposta de Destinação do Lucro Líquido da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Com base (i) aos documentos examinados, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao exercício de 2025, sem ressalva,